

Orçamento de 89: arranjos e retoques.

Um corte de Cz\$ 482 bilhões no orçamento de 89 terá de ser feito pelo governo se prevalecer o parecer do relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), sobre a proposta encaminhada ao Congresso na última segunda-feira. Esse valor corresponde à compensação que a União terá por causa da fórmula de pagamento da dívida dos Estados e municípios. O déficit de 0,56% do PIB previsto pelo governo na proposta orçamentária deverá se confirmar, segundo o relator da Comissão Mista.

Na mensagem enviada pelo Executivo, a União pretendia receber de Estados e municípios Cz\$ 550 bilhões (Cz\$ 103 bilhões da dívida a vencer em 89 e Cz\$ 447 bilhões da dívida vencida). Os seis Estados mais endividados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Bahia) vão pagar apenas Cz\$ 68 bilhões, segundo a proposta do relator. A diferença de Cz\$ 482 bilhões será coberta de uma forma que não ficou muito clara.

Segundo Almir Gabriel, a comissão "indicará" ao Executivo a transferência de Cz\$ 60 bilhões de ingressos externos não realizados (sem contrapartida do governo), Cz\$ 145 bilhões de avais para instituições públicas e privadas, Cz\$ 145 bilhões de lucros do Banco Central, Cz\$ 70 bilhões de recursos do Tesouro e mais Cz\$ 120 bilhões por conta da diferença de juros na colocação de títulos públicos prevista na primeira mensagem orçamentária

em relação à estimada pela última proposta do Executivo.

A soma dessas rubricas é de Cz\$ 540 bilhões, superior à diferença do que não será pago pelos Estados e municípios. O que o senador Almir Gabriel não soube explicar é de onde a União vai tirar recursos para compensar as rubricas esvaziadas por conta do pagamento dos débitos estaduais e municipais. "O Congresso só indica o que fazer, o resto é com o governo", afirmou.

Gabriel revelou que, na proposta do governo "ficou entendido" que a União esperava o pagamento de Cz\$ 103 bilhões. "Os Cz\$ 447 bilhões restantes estavam soltos", afirmou o senador. Ele revelou também que o Palácio do Planalto havia negociado secretamente uma fórmula de pagamento das dívidas com os governadores de Estado — o que desautorizaria as ameaças de aumento de imposto, feitas pelo ministro Mailson da Nóbrega.

O relator da proposta orçamentária propôs ainda remanejamento de Cz\$ 522 bilhões, atingindo a Presidência da República, Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério da Fazenda e no Ministério do Bem-Estar e Desenvolvimento Urbano. Desse total, 248 bilhões serão retirados — por indicação do Congresso — de subsídios às exportações e à agricultura.